# O AECT Rio Minho procura unificar os critérios do conselho galego e do governo português para atuar no espaço ‘Rede Natura 2000’ do río Minho

Porque é que as eco-pistas da margem portuguesa do rio Minho são de betão e do lado galego só podem ser feitas de areia? Porque é que de um lado há controlo de aves protegidas ou espécies invasoras e de outro não? Por que um lado se pode tirar água do rio para fins agrícolas e do outro não? Por que os recheios são permitidos de um lado e não do outro? Porque é que as atividades culturais são permitidas de um lado e não do outro?

Todas estas questões são o que o AECT Rio Minho pretende abordar com a Junta daGaliza e os governos espanhol e português, a fim de unificar os critérios de ação e proteção do rio Minho num Plano de Gestão Transfronteiriça (PXT) comum e coordenado. Para atingir este objetivo, o AECT acaba de aprovar uma nova candidatura ao programa B-Solutions da Comissão Europeia, que permitirá aos conselheiros e consultores da UE “falar” com as administrações e resolver as questões jurídicas que, na prática, fazem com que rio Minhoseja tratado de duas maneiras diferentes no lado galego e português.

# Uxío Benítez insiste na implementação de um Plano de Gestão Transfronteiriço no espaço ‘Rede Natura 2000’ do río Minho que ponha termo às diferentes interpretações da normativa europeia

De acordo com Uxío Benítez, Adjunto para a Cooperação Transfronteiriça e Subdiretor do AECT, o Rio Minho é uma área de proteção ecológica europeia, graças à ‘Rede Natura 2000’, que é regida por um regulamento europeu único para todos os países membros. No entanto, no caso do Minho, existem várias administrações (galega, espanhola e portuguesa) que devem interpretar esta legislação europeia de proteção que, na prática, conduz a diferentes critérios que geram disfunções por autorizações mais ou menos permissivas consoante o caso.

> *“Não se compreende a diferença de critérios de proteção entre um e o outro lado do rio no espaço ‘Rede Natura 2000’ do río Minho , mas isso ocorre. Queremos do AECT uma gestão justa e coordenada do espaço natural fluvial transfronteiriço, onde as barreiras políticas e administrativas nunca estejam acima do bom senso ”, sublinha Benítez.*

O deputado lembra que qualquer ação de uma margem afeta a outra e que a atual disparidade de critérios está criando problemas ambientais e socioeconômicos. “Temos um espaço de grande valor identitário, com o máximo de proteção pela sua singularidade em termos de paisagem, flora e fauna, que podemos desenvolver com o ecoturismo. O rio é estratégico para o desenvolvimento de toda a zona fronteiriça e deve ser

cuidado com base em critérios coordenados ”, insiste o nacionalista.

## Agentes políticos, econômicos e sociais

Para o efeito, o AECT acaba de aprovar o projecto ‘Minho River Nature 2000– BoostingCross–Border Multi-level Governance-Natureza do Rio Minho 2000 – Promoção da governação multinível transfronteiriça’, que foi apresentada há meses como candidatura do AECT RIO MINHO ao programa B-Solutions da Comissão Europeia.

Com a aprovação deste projeto a Comissão Europeia (DG Regio) colocará à disposição do AECT do Rio Minho um perito para o aconselhar na formulação de propostas às competentes e concorrentes administrações galega, espanhola e portuguesa no território do vale transfronteiriço do rio Minho a fim de superar os obstáculos que atualmente impedem o planeamento conjunto.

O Plano de Gestão Transfronteiriço do Rio Minho- Rede Natura deverá atingir objetivos de curto, médio e longo prazo, contando com a participação de entidades portuguesas e galegas, desde a administração e a academia aos particulares e organismos de tomada de decisão, sob a forma de projetos conjuntos que promovam a conservação dos valores ao mesmo tempo que catalisam a sua valorização social e económica.

# A Comissão Europeia acaba de aprovar um projeto para que peritos da UE

## desempenhem funções de aconselhamento e mediação

Desta forma, a constituição de um grupo de trabalho responsável pela elaboração do PXT e a coordenação geral de ações e projetos específicos são assinalados como tarefas de curto prazo; o desenvolvimento e implementação de planos de ação transfronteiriços para habitats e espécies mais vulneráveisàs pressões ambientais atuais, emergentes ou futuras; o desenvolvimento de cartografia detalhada e harmonizada de valores e unidades de gestão em toda a área Natura 2000; e a adoção de objetivos comuns de gestão, identificação de conflitos e harmonização regulatória, principalmente.

Neste contexto, o quadro institucional de apoio à implementação do plano de gestão transfronteiriça da Rede Natura 2000 pode envolver não apenas entidades associadas à administração pública central, nacional e local de Portugal e Espanha (Instituto Conservação da Natureza e Floestas – ICNF -; Agência Portuguesa de Medio Ambiente – APA; Confederación Hidrográfica do Miño-SIL – CHMS-; Xunta Galicia), mas também ao campo académico, organizações não governamentais para o ambiente (ONG), o tecido empresarial local, associações e cooperativas de desenvolvimento local e todos pessoas cujos interesses e habilidades possam contribuir ativamente para a sustentabilidade do sistema.

Será também importante associar esta iniciativa à estratégia paisagística regional da Galiza e à sua relação com a estratégia paisagística de Portugal, cujo alcance e visão de melhoramento paisagístico são muito diferentes, dando origem a oportunidades de replicação da estratégia galega no vale do Minho português.